APUBH
Associação Profissional dos Docentes da UFMG
Seção Sindical da ANDES - SN

BOLETIM

ANO XXIII Nº. 14 - AGOSTO DE 2001



Ana Maria Soares

Neste início de semestre, o agravamento da crise nas universidades públicas resulta na declaração de greve dos funcionários, na divulgação de manifesto pela ANDIFES, que alerta para um começo de semestre letivo irregular, e no estado de alerta dos professores.

O governo federal cede às exigências do FMI e até o presidente do STF, ministro Marco Aurélio Mello, declarou que o Executivo descumpre a Constituição ao deixar de reajustar os nossos salários. Para tornar mais complexa a situação, foi criado o SICAJ para arbitrar o pagamento de vantagens pessoais decorrentes de ganhos na Justiça. **Veja o Editorial e matérias nas páginas 3 e 5.**

Eleição para reitor está em pauta

Pág. 3

Atuação do Hospital das Clínicas é modelo

Pág. 8

Reunião da SBPC em clima tenso



Arquivo APUBH

Exército ocupou as ruas de Salvador

A 53ª Reunião da SBPC, realizada em Salvador de 13 a 18 de julho, frustrou expectativas de aprofundamento da discussão política sobre a crise brasileira. No momento em que o Brasil enfrenta problemas como a ausência de políticas públicas e a escassez de energia, a reunião – que é o mais importante fórum de pesquisa no país - poderia ter aprofundado o debate sobre temas urgentes da nossa agenda social. O clima em Salvador era de tensão por causa de diversas greves que aconteciam na cidade.

A marcha em Brasília contra o apagão e a corrupção mobilizou milhares de pessoas que, de forma espontânea, aderiram ao movimento. **Página 7**

Editorial

Início de semestre incerto

Semestre novo, problemas velhos. A crise permanente da universidade agrava-se com a deterioração contínua de nossos salários, contrapartida necessária do pagamento de juros escorchantes à banca no Brasil e no exterior.

Na sociedade do conhecimento, a educação superior perde perspectivas de manutenção em qualidade e expansão da oferta. Cumprimos, com folga, o protocolo acordado com o MEC de reestruturar internamente nosso trabalho para atender ao crescimento da demanda social de acesso à educação pública e gratuita, afirma a ANDIFES. E prevê momento conturbado neste início de semestre.

Que já se configura. Os funcionários das IFES estão em greve. Na UFMG o movimento se expande e já impediu o funcionamento regular de algumas unidades.

A sucessão do Reitor se avizinha. E representa mais uma oportunidade para o debate das difíceis questões que se põem para a comunidade de professores, funcionários e estudantes em nossa luta por uma universidade que possa cumprir sua missão social e que possa ser legada às novas gerações com o patamar de necessária abrangência e qualidade. Qualidade claramente em jogo também em função do produtivismo exacerbado imposto pelos critérios do MEC e das agências de fomento.

O governo, em seu zelo privatista, perdeu aliados históricos dentro e fora do MEC. O ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal, o acusa de descumprir norma constitucional que obriga o reajuste anual de nossos salários. Velhos problemas de cara nova a testar nossa capacidade de resistência.

A outra face do Real

Variação acumulada dos itens e de sub-itens componentes do ICV/DIEESE

Período: janeiro/95 a dezembro/2000

Itens/Sub-itens	Variação (em %)
ICV – TOTAL GERAL	**75,48**
Saúde	**171,55**
Assistência médica	207,04
Medicamentos e Prod. Farmacêuticos	113,71
Educação e leitura	**164,26**
Livros Didáticos	102,06
Habitação	**144,55**
Locação	150,26
Serviços Públicos	166,64
Eletricidade	79,75
Água/Esgoto	148,46
Gás de botijão	286,31
Telefone	478,32
Transporte	**116,98**
Transporte coletivo	135,40
Transporte individual	115,25
Combustível	181,10
Gasolina	198,20
Álcool	150,50
Despesas diversas	**104,43**
Despesas pessoais	**59,10**
Alimentação	**33,06**
Recreação	**27,11**
Equipamentos domésticos	**20,83**
Vestuário	**-16,27**

Indicadores de preços

Período: janeito/95 a dezembro/2000

Indicador	Inflação acumulada (em %)
ICV – DIEESE	75,48
IPC-DI-FGV	77,14
IGPM-FGV	82,22
IGP-DI-FGV	80,73
IPCA-IBGE	65,62
INPC-IBGE	62,47
IPC-FIPE	58,22
IPCA-E-IBGE	66,76



Fonte: ICV-DIEESE
Elaboração: DIEESE/DF

EXPEDIENTE

Presidente: *Beatriz Couto*; 1º. Vice-presidente: *Ciomara Nunes*; 2º Vice: *Rodney Saldanha*;
1º. Secretário: *Délcio Salomon*; 2º. Secret.: *José Antônio Armanelli*; 1º. Tesoureira: *Otávia Fernandes*;
2º. Tesour.: *Rosângela Carrusca*; 1º. Suplente: *Maria Inês Toledo*; 2º. Supl.: *Juliana Bastos*

Editora: *Ana Maria R. Oliveira* (Reg. Prof. 2.032/MG); Diagramação: *Mary O. Assis*
R. Artur Itabirano, 70 S. José/Pampulha - 31275-020 - BH/MG; Tel: (0xx31) 3441-7211; Fax: (0xx31) 3441-1303
3.500 exemplares; correio@apubh-ufmg.org.br - www.apubh-ufmg.org.br

Escolha do reitor guarda responsabilidade histórica

Délcio Vieira Salomon - Diretor


Ana Maria Soares

O futuro da UFMG depende da escolha dos novos dirigentes

O processo de escolha do reitor da UFMG está desencadeado. Importa lembrar que o Movimento Docente tem muita responsabilidade na escolha de um reitor. Por todos os motivos, notadamente o histórico: acatando em seu seio as aspirações e o ímpeto característico da juventude dos estudantes de então, foi o movimento docente que deu origem à universidade.

No século XII, em plena Idade Média, chamou à institucionalização do MD da época de "universitas"(universidade – corporação). Assim foram fundadas as três primeiras universidades: Bolonha, Paris e Oxford. Uma das primeiras auto-atribuições foi escolher o reitor, então chamado de chanceler, ou o dirigente da "universitas" que a representasse em todas as instâncias e setores com o fito de obter o reconhecimento das prerrogativas da instituição recém-criada. Sobretudo sua autonomia perante a Igreja e o Estado, a liberdade de cátedra e o direito de declarar-se em greve.

Importa lembrar: o dirigente da universidade, desde o nascimento desta, foi sempre escolhido por seus pares e por eles empossado como tal. Colocar esta constatação histórica diante de nossa realidade brasileira contemporânea causa espécie, sem dúvida, a muita gente e se torna constrangedor para nossos governantes. É que a autonomia universitária era o instituto por excelência da entidade, a ponto de caracterizá-la, intrinsecamente, como propriedade de sua essência. Perdê-la seria decretar a perda de sua identidade. Em decorrência, o dirigente era o representante da comunidade que o escolheu, a ela haveria de servir e prestar contas de seus atos.

Desgraçadamente, o que vemos hoje é o inverso de tudo isso, sob a alegação de que é a forma de preservar a instituição. À la ACM que alegou "razões de Estado" para violar o painel das eleições no Senado.

De certo modo, a Universidade Brasileira foi castrada. A forma eunuca de administração implantada, nos últimos tempos, é a mais aviltante para a instituição. Por isso, e diante das candidaturas à Reitoria da UFMG, cabe ao MD interpelar cada um dos candidatos: - qual o móvel de sua pretensão: servir à comunidade a que irá dirigir ou ao governante que o nomeará?

O perfil de um reitor não pode ser balizado apenas por sua titulação. Afinal, e parafraseando J.W.Lapierre, citado por Kourganoff em *A face oculta da universidade*: pode-se ser sábio ou erudito, ter desenvolvido "boas teses", tê-las defendido competentemente... e, no entanto, ser insensível às problemáticas internas da própria universidade e ser totalmente incapaz de traduzir em atos o verdadeiro espírito universitário. Espírito que paira acima do academicismo asséptico e da vaidade de ostentação que as condecorações conferem. Sobretudo, quando o candidato, por ter sido uma vez dirigente, já deu mostras de assim o ser. Interessa à comunidade universitária – professores, alunos e funcionários – um reitor voltado para ela e com ela sintonizado, mesmo que isso venha a significar "de costas para o governo".

Funcionários em greve

Os servidores técnico-administrativos da UFMG, a exemplo dos funcionários de várias universidades no país, estão em greve por tempo indeterminado. Eles reivindicam aumento salarial e o retorno da GAE.

O governo, além de não cumprir acordos acertados na última greve em 2000, não concede reajuste salarial há mais de 7 anos. E editou, em 31 de maio, a Medida Provisória nº 2150-39 que transforma a GAE, que era uma gratificação permanente, em GDAE (Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico Educacional), a ser concedida num percentual de 160% a 200% para uma parcela de funcionários que forem bem avaliados.

Já para funcionários aposentados, a GAE foi transformada em vantagem pessoal, o que resulta em congelamento da referida gratificação. Vários reitores já se manifestaram contrários à Medida Provisória e consideram justas as reivindicações dos funcionários.

Plano de lutas nas IFES

Este texto foi aprovado durante o 43º CONAD, realizado em Uberlândia ao final de junho:

1) Que as seções sindicais atuem no âmbito das CUTs estaduais e coordenações estaduais dos SPFs, construindo a luta conjunta das três esferas do serviço público de forma a reforçar a organização e o trabalho do Fórum Nacional de Lutas.
2) Que as seções sindicais fortaleçam a luta contra o projeto de Emprego Público, desenvolvendo ações em defesa do concurso público no RJU, consolidando uma linha de ação mobilizadora, expressa na consigna de "concurso público no RJU: acredite nesta tese e defenda-a". Esta campanha deve buscar o apoio das entidades representativas da comunidade acadêmica para pressionar as reitorias, a ANDIFES, e o governo federal para garantir a expansão dos quadros de pessoal.
2a) Que os critérios de distribuição de vagas entre as IFES sejam ampla e democraticamente discutidos e não impostos pelo MEC, de acordo com as normas importadas das propostas do Banco Mundial para o ensino superior público nos países em desenvolvimento e que internamente nas IFES os critérios de distribuição das vagas sejam igualmente ampla e democraticamente debatidos pelas comunidade universitárias e não impostas unilateralmente pelas administrações dessas instituições.
3) Que seja discutida, no âmbito dos SPFs, a criação de uma comissão voltada para o estudo e a elaboração de princípios gerais e diretrizes básicas que orientem a definição de planos de carreiras no serviço público.
4) Que as seções sindicais articuladamente às CUTs Estaduais desenvolvam ações conjuntas com entidades do movimento sindical e popular, e outras entidades da sociedade civil buscando ampliar a mobilização contra a corrupção no âmbito do Estado.
5) Que se identifiquem, a partir das reuniões dos três setores, onde ocorrem situações de ingerência dos Conselhos Profissionais na autonomia das universidades, divulguem-se os pareceres jurídicos já acumulados e elaborem-se matéria sobre o assunto para o INFORMANDES.
6) Que as seções sindicais e as Secretarias Regionais contribuam politicamente para a organização e realização de Plenárias dos SPFs estaduais e/ou regionais com a participação da coordenação nacional.
7) Integrar-se à preparação da Marcha em defesa da Educação Pública em Brasília, em 3 de outubro e à atividade do DNTE/ Ramo da Educação, com participação nas atividades nos municípios e estados.
8) Que a ANDES-SN desenvolva um conjunto de ações emergenciais em defesa da universidade pública e que a Diretoria elabore um projeto de campanha a ser submetido à aprovação do 43º CONAD
9)Realizar paralisação de advertência com duração de uma semana, de 10 a 14 de setembro. O 42º CONAD indica que as seções sindicais realizem rodada de Ags para deliberar sobre a participação na paralisação dos SPFs em 1 e 2 de agosto, definindo a sua forma de adesão: paralisando as atividades e/ou participando das mobilizações promovidas pela CNESF.
10) Que a ANDES-SN trabalhe no interior da CUT a construção da greve geral para o 2º semestre de 2001.
11) Realizar uma rodada de AG, em data posterior a setembro, a fim de avaliar o processo de mobilização e as possibilidades de greve e/ou outras formas de luta, indicando aquela que na conjuntura deve vir a ser prioritária com definição das pautas que devem orientá-las, incluindo na discussão pontos específicos nos termos das deliberações do 19º Congresso da ANDES-SN:
- incorporação da GAE e os valores máximos da GED (deliberação do 19º Congresso – "lutar pela INCORPORAÇÃO EMERGENCIAL DA GED, pelos seus valores máximos aos salários básicos de todos os docentes do magistério superior de 1º e 2º graus, ativos ou aposentados, e aos dos respectivos(as) pensionistas";
- Implantação do piso salarial;
- Implantação da carreira única da ANDES-SN;
- Isonomia na categoria;
- Contra a proposta de Emprego Público do governo e pela Contratação pelo RJU para recomposição do quadro das IFES.
12) Participar da comissão de organização do seminário sobre "Fiscalização e Controle de Verbas Públicas" do Congresso, construindo sua intervenção sob o ponto de vista dos trabalhadores, para discutir a destinação dos recursos.
13) Lutar contra as ações das administrações superiores das IES que objetivam perseguir dirigentes sindicais.
14) Que o próximo CONAD aprecie a participação do Sindicato na Conferência Internacional Contra a Desregulamentação e em Defesa dos Direitos Trabalhistas para Todos, a ocorrer de 22 a 24 de fevereiro de 2002, em Berlim/ Alemanha.

Durante a abertura da 53ª Reunião Anual da SBPC, um representante da ANDIFES leu este documento que alerta para um início do segundo semestre com irregularidades. Os reitores reivindicam do MEC a expansão de vagas para professores e funcionários e denunciam que o governo federal tem adotado medidas restritivas à autonomia da Universidade:

MANIFESTO

O Conselho Pleno da Andifes reunido em Brasília no dia 11 de julho de 2001, diante da responsabilidade legal e acadêmica dos dirigentes com a gestão das IFES, os alunos e a sociedade, manifesta por unanimidade que no ano de 1998 a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, propôs ao MEC um protocolo de intenções comprometendo às IFES a expansão de 10% ao ano das vagas discentes de graduação e pós-graduação.

Em contrapartida, o MEC deveria ampliar o orçamento de manutenção na mesma taxa, além de efetivar no quadro os 8000 docentes nas vagas então existentes e o número fixo de técnico-administrativo igual ao de 1996.

Este protocolo surgiu da consideração comum que:

a- A existência de uma massa crítica de cidadãos qualificados por meio do ensino superior é condição necessária para uma nação atingir o desenvolvimento social e econômico sustentável;

b- O Brasil possui 11% da população economicamente ativa com nível superior, contra 22% do Chile, 21% da Bolívia, 26% da Venezuela, 37% dos EUA e 53% do Canadá;

c- O desenvolvimento nacional em níveis compatíveis com a necessidade de inserção na economia mundial, reconhecida no PNE, exige que o atendimento dos jovens em faixa etária de 18 a 24 anos passe do atual índice de 11% para 30%;

d- O número dos concluintes do ensino médio dobrou no período 1991 a 1995 e deverá sofrer expansão ainda maior na próxima década devido às mudanças induzidas no ensino fundamental, aumentando a demanda por ensino superior.

Nesta data, constata-se que as IFES cumpriram com folga a sua parte no protocolo. No entanto, o Governo Federal não atendeu o previsto, ao contrário medidas restritivas à autonomia foram editadas.

Das 8000 vagas docentes desocupadas 2000 concursos estão sendo realizados, o que constitui um fator relevante. Entretanto nenhum servidor técnico-administrativo foi contratado nos quadros da IFES, gerando um déficit de quase 20000 vagas. Parte dessas vagas docentes foram preenchidas precariamente com professores substitutos que, neste ano de 2001, estão sendo autorizadas em quantidade de muito menor que as necessárias. Parte dos técnicos administrativos foram contratados emergencialmente por Fundações de Apoio existentes junto às IFES, onerando o orçamento de custeio e gerando questionamentos legais.

Esta situação configura uma gravíssima deficiência de pessoal que, associada aos baixos salários, compromete as metas de expansão, a consolidação das novas universidades e, principalmente, a qualidade do ensino. O orçamento de manutenção não acompanhou a expansão ocorrida e os investimentos em infra-estrutura para a graduação



foram diminuindo paulatinamente.

A demanda surgida pela expansão dos alunos aponta a necessidade de autorização para a ocupação de vagas existentes há anos nos quadros docentes e técnico-administrativo. É imprescindível a regulamentação da contratação de professores substitutos e a suplementação orçamentária de custeio e recuperação da infra-estrutura básica das IFES.

Isto posto, é dever da Andifes alertar as autoridades e a sociedade brasileira que, apesar dos esforços e do compromisso com o desenvolvimento do país demonstrado ao longo dos anos, caso não sejam encontradas soluções urgentes, as Universidades Federais correm o risco real de **NÃO INICIAREM REGULARMENTE O 2º SEMESTRE LETIVO DE 2001**.

Brasília, 11 de julho de 2001.

Governo cria órgão para monitorar o pagamento de ganhos judiciais

O governo criou o Sistema de Cadastro de Ações Judiciais- SICAJ. Anos de desrespeito aos direitos dos cidadãos tornaram o governo federal alvo de cerca da metade de todas as ações judiciais do país. Mesmo ciente de sua atitude, ele tem jogado com a dificuldade de reação do cidadão comum na defesa de seus direitos.

As categorias organizadas lideram a resistência a este assalto oficial permanente, mas o governo insiste porque se beneficia com o intervalo de tempo que vai da interposição da ação a seu efetivo pagamento. O SICAJ é mais uma forma de interferir no cumprimento da justiça.

Ostensivamente apresentado para "viabilizar o efetivo cumprimento das decisões judiciais", a expectativa é de que seja usado para condicionar, à liberação de verbas mês a mês, o pagamento das vantagens pessoais decorrentes de ganho judicial. Com isto, os professores poderão ser surpreendidos com um contracheque reduzido sem aviso prévio.

Diretrizes Curriculares Nacionais

Roteiro orientador das discussões (preliminares) dos integrantes do GTPE (Grupo de Trabalho de Política Educacional) da ANDES-SN – do qual a APUBH faz parte - visando a formação de professores da educação básica, em nível superior, curso de licenciatura e de graduação plena:

1- É uma proposta [Diretrizes Curriculares] enganosa, que articula a Reforma da Educação Básica com a Reforma da Educação Superior;
2- Transfere a responsabilidade do fazer a educação ao professor e à escola, desresponsabilizando o estado;
3- Defende o aligeiramento da formação, rebaixando assim o estatuto da teoria, da relação desta com a prática, para privilegiar exclusivamente o treino das habilidades práticas;
4- Apresenta uma concepção de educação enquanto serviço na qual o produto oferecido pode sofrer mudanças conforme demandas "da sociedade", diga-se mercado, do qual emanam as orientações para o sistema educacional. Dessa forma, concepções como *competências* e *habilidades* são definidas e disseminadas pelas necessidades do mercado, minimizando a formação através da indefinição dos conteúdos curriculares;
5- Em decorrência, exige outra estrutura institucional e pedagógica, outro modelo de escola e de professor, de modo a cumprir as orientações do mercado e atender suas demandas, o que interessa – de fato! – apenas à classe dominante;
6- Está em sintonia com a LDB (Lei nº 9394/96), com as Diretrizes e os Parâmetros Curriculares Nacionais, com o conjunto de regulamentações emandas do CNE, com as Comissões de Especialistas et. sobre os quais temos posição contrária, já amplamente divulgada na sociedade;
7- O modelo de licenciatura apresenta um conjunto de elementos que configura reordenamento institucional necessários às mudanças tanto no currículo e no formato de preparação de docentes, como na capacidade e adequação do trabalho dos professores, antes mesmo de se caracterizar como profissão, já está sendo objeto de desprofissionaliozação;
8- É um modelo que favorece e fortalece a iniciativa privada;
9- O documento não toca, em qualquer das suas seções, em três questões que consideramos centrais – (a) carreira, (b) salários e (c) condições de trabalho do professor;
10- Em relação à avaliação periódica e a certificação de cursos, o documento, apesar de não explicitar essa questão, indica a necessidade de haver um sistema de avaliação nos moldes do "provão", sendo, nesse caso, o "provão para o professor";
11- Enfim, o modelo expresso nessas diretrizes não é um fenômeno brasileiro pois está presente em todas as reformas educacionais implementadas na América Latina (e, mais amplamente, nos países do chamado Terceiro Mundo) e constitui-se num fenômeno vinculado, de forma subalterna, a um modelo de (re)organização do sistema capitalista.

Home page

A APUBH está reformulando toda a sua Home Page. Com o novo projeto, ficará mais fácil acessar informações relativas a ações na Justiça, a dicas de notícias nos jornais. Ela também propiciará um contato direto com a diretoria e a possibilidade de envio de artigos. Aguarde a mudança.

GT Verbas

O Grupo de Trabalho de Verbas, que se reuniu nos dias 21 e 22 de julho em Brasília, discutiu estes pontos: Políticas de Finanças do Sindicato, Plano Único de Contas, Cartilha sobre Orçamento e Lei de Responsabilidade Fiscal, Piso, Malha Salarial e Carreira, Financiamento e recursos próprios para as IFES. Foram constituídas várias comissões para discutir e apresentar propostas sobre os temas selecionados. Em breve serão realizados seminários sobre financiamento das IFES.

Avaliação Institucional

No dia 9 de julho foi publicado, no Diário Oficial da União, o Decreto nº 3.860, que dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências.

Como novidade o Art. 17 estabelece que "a avaliação de cursos e instituições de ensino superior será organizada e executada pelo INEP" e o Art. 18, diz que "a avaliação de programas de mestrado e doutorado, por área de conhecimento, será realizada pela CAPES, de acordo com critérios e metodologia próprios".

Brevemente enviaremos uma análise detalhada deste assunto, pois em princípio detectamos que o referido decreto contraria alguns artigos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que o próprio governo aprovou.

Bancos

Através de gestões da APUBH junto à Pró-Reitoria de Administração, já está em andamento a elaboração de minuta de convênio a ser assinada por bancos que se interessem em processar contas-salários dos professores e funcionários da UFMG.

Isso responde a demanda antiga, dirigida à APUBH, por professores que julgam que a diversificação no atendimento bancário significará melhor adequação a situações individuais. Em época de tarifas elevadas e de qualidade diversificada no serviço das agências, abre-se caminho para que ativos e aposentados possam escolher pelo melhor preço e qualidade. Alguns bancos da rede comercial – e também a NOSSACOOP - já fizeram contato com o DP para se informarem das normas.

Ilumina Brasil

Marcha "lava" Esplanada

Arquivo APUBH





27 de junho seria um dia comum de manifestação em Brasília, não fosse a contradição entre as perspectivas da organização e a adesão popular que ocorreu durante a marcha "Ilumina Brasil" contra a corrupção. Na linha de frente estavam alguns grupos afro-brasileiros do DF encenando a lavagem da Esplanada dos Ministérios e, imediatamente atrás, a população aderia espontaneamente à marcha, chegando perto de 100 mil, o triplo da expectativa de participação inicial.

O cerco policial transformou a cidade num caos: ruas bloqueadas, desvios e fileiras da tropa de choque contornando a corrente que caminhava pacificamente. Brasília foi preparada como uma praça de guerra e a guerra acabou acontecendo. Já no final do ato, durante manifestações de apoio das autoridades políticas progressistas, jovens punk confrontaram-se com a polícia. A imprensa noticiou apenas o confronto, abafando uma das marchas mais expressivas que já ocorreram ultimamente. Ilumina Brasil, ilumina!

Debates na SBPC deixam lacunas

Com o título "Nação e Diversidade: Patrimônio do Futuro", realizou-se em Salvador a 53ª reunião anual da SBPC. O clima era tenso em função das greves que aconteciam na cidade. O Exército ocupou as ruas por causa da paralisação das polícias civil e militar.

O tom político invocado pelo tema infelizmente não se concretizou da forma esperada. As entidades do movimento social esperavam que a SBPC reabilitasse sua rica história de maior fórum científico-político do país, centrando decididamente o debate em pontos cruciais da nossa agenda social: educação, saúde, condições das universidades públicas, formação de professores, desemprego, salário, fome e miséria.

O encontro aconteceu num momento da história em que, por falta de investimento, estamos enfrentando problemas de energia e, na ausência de políticas públicas, estatísticas mostram um país com mais de 50 milhões de brasileiros vivendo abaixo da linha da pobreza.

Professora se demite do Conselho Nacional de Educação

Uma das maiores defensoras da política educacional do MEC, a antropóloga Eunice Ribeiro Durham, pediu demissão do Conselho Nacional de Educação, por discordar das recentes medidas adotadas pelo ministro Paulo Renato.

A gota d'água foi o decreto do ministro que retira poderes do CNE, centralizando processos de abertura e fechamento de cursos no Ministério. Para Durham, as medidas vão diminuir a transparência dos processos de instituições privadas. Nos últimos meses, a professora vinha tendo desavenças em relação à condução dos rumos do ensino superior.

Também o Ministério da Previdência perde uma técnica experiente. Dessa vez, o ministro Roberto Brant demitiu a secretária de Previdência Complementar, Solange Paiva Vieira. Ela foi exonerada após fiscalizar com rigor os fundos de pensão, tendo encaminhado a Brant um pedido de intervenção no Portus, ligado à Petrobrás. O ministro afirmou que a política de choque adotada por Solange estava "durando mais do que o necessário".

Fórum Social Mineiro

Centrado na discussão das dívidas interna e externa brasileiras, o Fórum Social Mineiro vai ser realizado de 29 a 31 de agosto na Assembléia Legislativa. Este evento regional faz parte dos preparativos para uma participação ainda mais ampla de Minas no Fórum Social Mundial em Porto Alegre em 2002.

Para a realização das conferências, foram convidados os presidenciáveis Itamar Franco, Lula, Garotinho e Ciro Gomes e grandes especialistas na matéria. No dia 31, haverá o Tribunal da Dívida, às 18h, nas escadarias da Igreja São José. Cerca de 30 oficinas serão promovidas por entidades do movimento social de todo o estado; a APUBH oferecerá a oficina Ética e a Dívida, com o prof. Antônio Elias Jorge.

Assistência Social

Os assistentes sociais vão realizar a Conferência Estadual de Assistência Social entre os dias 18 e 20 de outubro no SESC/Venda Nova. Maiores informações podem ser obtidas no Conselho Estadual de Assistentes Sociais. A 3ª Conferência Nacional será promovida de 4 a 7 de dezembro, em Brasília. Informações pelo telefone (21-61) 223-1652.

E Mais:

17 e 18/8 - Reunião do Setor das Federais – Brasília

18/8 – 2° Seminário sobre Transgênicos e Bioética – M. Claros

23 a 26/8 – Curso de Formação Sindical e Reunião do GT de Política de Formação Sindical – Rio de Janeiro

3/10 – Marcha da Educação Brasília

Hospital das Clínicas: referência em ensino e atendimento no Estado



Arquivo Hospital das Clínicas

HC propicia avanços no ensino e pesquisa

O Hospital das Clínicas, criado no dia 21 de agosto de 1928, é um hospital universitário, público, geral, vinculado à UFMG desde 1950. Está integrado ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Ele tem um papel de referência nos sistemas municipal e estadual de saúde, atendendo clientela universalizada, participando diretamente na formação de recursos humanos e desenvolvendo pesquisas na área de saúde. Constitui-se em campo de ensino para os cursos de Medicina, Enfermagem, Farmácia e Bioquímica, Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Psicologia, Nutrição e Fonoaudiologia.

Sua missão é "desenvolver, eficaz e eficientemente, e de forma equilibrada, a Formação e a Capacitação de Recursos Humanos, a Pesquisa na área de Saúde e a Assistência; respondendo às necessidades de saúde da população e, inserido no Sistema Único de Saúde do Estado de Minas Gerais, constituir-se como referência para áreas específicas".

Vinculado ao curso de Medicina, o HC tem envolvimento direto com esta graduação e com a formação de médicos especialistas, mestres e doutores. Em agosto de 1997 foi criada a Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão (DEPE) objetivando coordenar as atividades acadêmicas e de pesquisa no HC.

Na área de Ensino, o HC participa da formação de profissionais de nível técnico, graduação e pós-graduação, possibilitando estágios curriculares e extra-curriculares para todas as áreas de saúde. Oferece cursos de pós-graduação, nível de especialização: Residência Médica (27 programas, 247 alunos) e curso de Gestão em Hotelaria Hospitalar (início em 2001).

Além de suas atividades assistenciais, consideradas de extensão na UFMG, a organização de um Centro de Extensão (CENEX-HC) facilitou a realização de mais de 50 cursos de extensão e de eventos, dentre suas atividades.

O HC também estabeleceu convênios de cooperação com hospitais universitários da França (Rouen, Strasbourg e Rouffach) e de Cuba (La Habana), promovendo intercâmbio interinstitucional nas áreas médica, administrativa, de ensino e pesquisa. Também mantém convênios de cooperação com hospitais e instituições de ensino em nível regional, estadual e nacional, especialmente na área de estágios para alunos de graduação e de pós-graduação.

O maior desafio para a gestão de hospitais públicos de ensino é conseguir manter ou expandir as atividades assistenciais, de ensino, pesquisa e extensão com os recursos escassos que lhes são destinados.

Mesmo com estas dificuldades, o HC/UFMG tem conseguido manter-se como referência para procedimentos de alta complexidade, tais como transplantes, hematologia, medicina fetal, gestação de alto risco/neonatologia, reprodução humana, neurocirurgia, terapia renal substitutiva, serviços de apoio diagnóstico entre outros.

Prof.ª Urquiza Helena Meira Paulino
Diretora de Ensino, Pesquisa e Extensão do Hospital das Clínicas

IMPRESSO